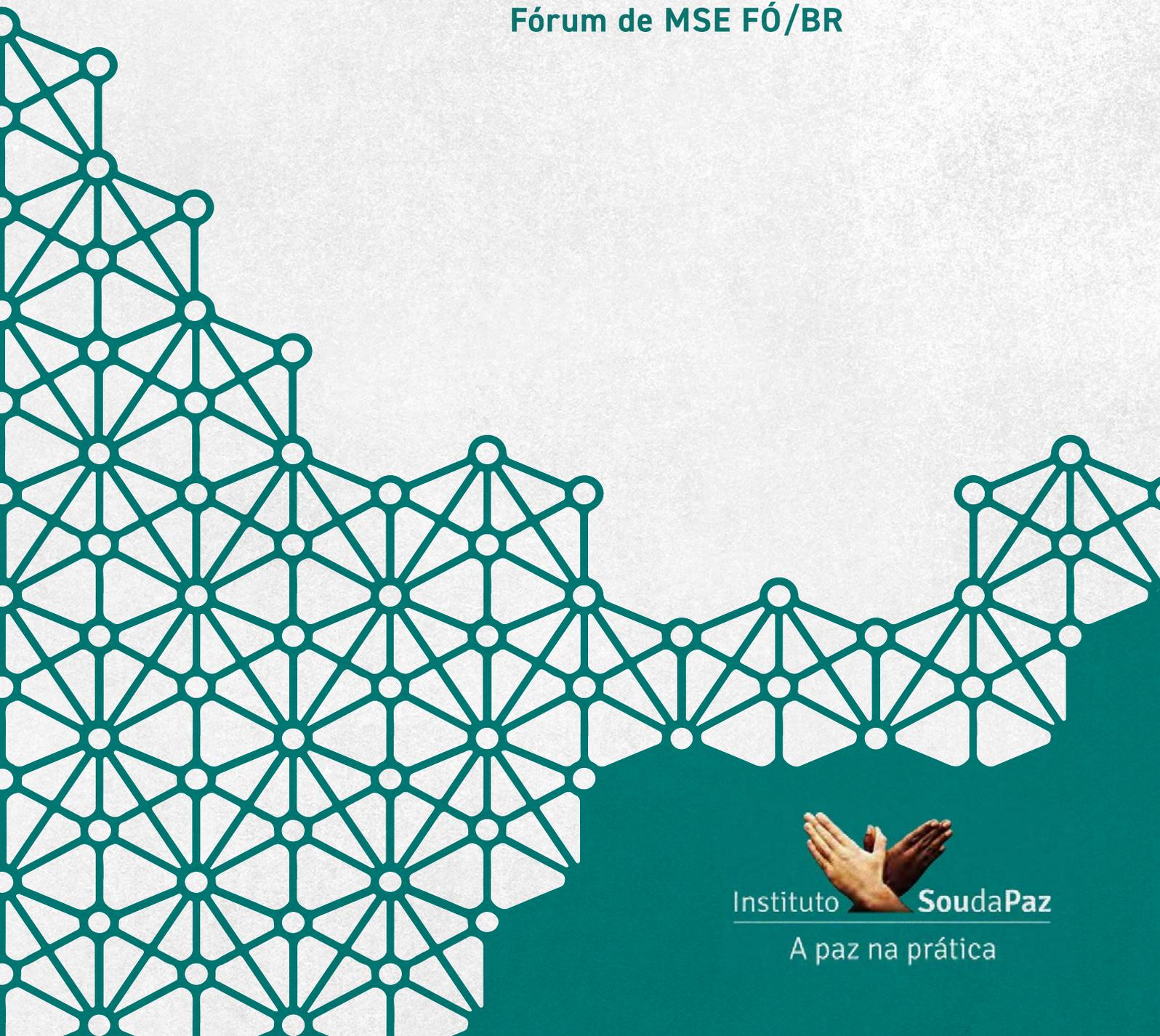


# FÓRUM DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Relato de uma experiência e  
apresentação de metodologia:  
Fórum de MSE FÓ/BR



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática

*Diálogo, Troca, Empatia,  
Reconhecimento, Solidariedade, Humanidade.*

*Vivências únicas, por muito tempo, quase utópicas!*

*Ações possíveis, reais, concretas, transformadoras de vidas.*

*Parcerias efetivas, comprometidas, exitosas.*

*Políticas Públicas acessíveis que garantem direitos.*

*Pessoas incríveis, disponíveis, responsáveis, inteiras, belas!*

*Assim, simples assim, é a descrição que fazemos do espaço que construímos, a muitas mãos, e que chamamos de Fórum de Medidas Socioeducativas da Freguesia do Ó e Brasilândia.*

*Gratidão e imensa alegria nos invadem neste momento tão especial em que conseguimos concluir a descrição desta experiência, porque agora podemos compartilha-la e quem sabe despertar possibilidades de multiplica-la.*

*A todos/todas que compõem essa história, dedicamos nossa admiração, respeito e mais profundo afeto. Sem a parceria e disponibilidade de cada um de vocês, nada disso teria sido possível, afinal como nos lembra Paulo Freire, (2011, p. 63)*

*“As qualidades ou virtudes são construídas por nós no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos. Este esforço... é já uma dessas virtudes indispensáveis - a da coerência”*

*Vanessa, Danielle e Jéssica*

## FÓRUM DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Relato de uma experiência e apresentação de metodologia: Fórum de MSE FÓ/BR, 2024

### EQUIPE DO PROJETO:

Danielle Tsuchida  
Jessica Moura  
Vanessa Machado Alves

### CONSULTORIA DE SISTEMATIZAÇÃO:

Vanessa Silva

### EDIÇÃO E MONTAGEM DO AUDIODOC:

Priscilla Rodrigues de Oliveira

### REVISÃO DE TEXTO:

Ingrid Passos

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Marina Sá

### REALIZAÇÃO:



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática

### EQUIPE INSTITUTO SOU DA PAZ:

Carolina Ricardo - Diretora-executiva  
Beatriz Graeff - Coordenadora de Projetos  
Brena Andrade - Analista de Mídias Digitais  
Bruno Langeani - Consultor Sênior  
Cristina Neme - Coordenadora de Projetos  
Danielle Tsuchida - Coordenadora de Projetos  
Ecilane Rodrigues - Assistente da Diretoria  
Ederson Martins - Assistente Administrativo-financeiro  
Fernanda Figueiredo - Analista contábil-financeira  
Gabriela Alves - Estagiária de Assessoria de Imprensa  
Gabiella Oliveira - Coordenadora de Projetos  
Guilherme Galdino - Analista de Gestão de Pessoas  
Heloísa Salles - Estagiária de Direito  
Ingrid Passos - Assistente de Pesquisas  
Izabelle Mundim - Gerente de Comunicação e Engajamento  
Janaina Baladez - Gerente de Desenvolvimento Institucional  
Jéssica Moura - Assistente de Projetos  
Luciano Almeida - Gerente Administrativo-financeiro  
Marina Sá - Designer  
Mayra Pinheiro - Pesquisadora  
Natália Pollachi - Gerente de Projetos  
Nathalie Drumond - Assessora de Advocacy  
Pedro Luiz - Estagiário de Pesquisa  
Rafael Rocha - Coordenador de Projetos  
Tamiris de Jesus - Coordenadora de Gestão de Projetos  
Vanessa Machado - Analista de Projetos  
Wigde Arcangelo - Assessor de Imprensa

### SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS:



SODAPAZ.ORG

---

## **GLOSSÁRIO**

**ALPS** - Associação de Lutas e Promoção Social

**CAM** - Centro de Atendimento Multidisciplinar

**CAPS AD** - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

**CAPS IJ** – Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**FUMCAD** - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

**GT** – Grupo de Trabalho

**LA** – Liberdade Assistida

**MSE** – Medida Socioeducativa

**NAT** - Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial

**PAVS** - Programa Ambientes Verdes Saudáveis

**PSC** – Prestação de Serviços à Comunidade

**SINASE** - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

**SMADS** - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

**SMSE-MA** – Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social

---

## **APRESENTAÇÃO | 6**

## **HISTÓRICO DE MOBILIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO FÓRUM | 7**

Por que e Para que existe a Medida Socioeducativa | 7

Ações em rede | 10

## **IMPLEMENTAÇÃO DO FÓRUM**

### **CAMINHOS DE UM PROCESSO PARTICIPATIVO | 13**

### **EXPERIÊNCIA DESTA AÇÃO EM REDE**

### **INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES E MODELO DE GESTÃO | 20**

Coordenação colegiada | 23

Comitê de comunicação | 26

Instâncias de gestão se adaptam ao período da  
pandemia: desafios e inovações | 29

Princípios do fórum | 32

### **DINÂMICAS DE FUNCIONAMENTO DO FÓRUM | 35**

Encontros Mensais | 35

Encontros Formativos | 35

Grupo de Trabalho (GTs) | 37

### **CONQUISTAS, DESAFIOS E APRENDIZADOS**

### **RESULTADOS DESSA EXPERIÊNCIA | 40**

Encontro Significativo | 40

Respostas às demandas dos profissionais do território | 41

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS | 45**

### **REFERÊNCIAS | 48**

## APRESENTAÇÃO

Esta publicação tem a intenção de sistematizar e compartilhar uma experiência de articulação em rede organizada para buscar a garantia de direitos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas e seus familiares e, também, servir de inspiração para implementação de espaços de articulação, pois este material se dispõe a ser um passo a passo da experiência desenvolvida pelo **Fórum de Medidas Socioeducativas Freguesia do Ó e Brasilândia**.

A prática aqui narrada aconteceu na região da Freguesia do Ó e Brasilândia, Zona Norte da capital paulista, região onde, à época do início da implementação do Fórum, existiam 3 programas executores de medidas socioeducativas em meio aberto, nomeados na cidade de São Paulo de Serviços de Medida Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE-MA), com oferta de vaga para atendimento a 360 adolescentes e jovens.

Foi nesse contexto que, em 2018, o Instituto Sou da Paz deu início a um projeto que possibilitou a criação de um Fórum Intersetorial com foco em dialogar sobre os desafios e possibilidades do atendimento aos adolescentes e seus familiares. Ações de trabalho com políticas públicas nunca são ações finalizadas, porque estão em vivo e constante movimento com e para a sociedade, ou seja, é um trabalho em contínua formação.

É importante ressaltar que essa sistematização vai exemplificar o envolvimento ativo das organizações e de pessoas, que têm alguma relação com a temática das medidas socioeducativas, mas o que aqui importa é divulgar as práticas sociais de articulação em rede, ou seja, os princípios que sustentam essa iniciativa, as possibilidades de atuação organizadas nestes 5 anos, o detalhamento de ações durante um percurso muito dinâmico, e, por isso, com muitos aprendizados durante a trajetória.

Esperamos que com esta publicação possamos contribuir para a implementação de processos de articulação em rede, criação de espaços coletivos que propiciem o fortalecimento das políticas públicas e, conseqüentemente, a garantia de direitos para uma sociedade menos desigual e com possibilidade de encontros que engajem instituições em ações e mudanças coletivas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Direitos Sociais. Gestão Compartilhada. Diálogo. Ação em Rede. Medidas Socioeducativas. Fórum. Articulação.

Caso você queira saber um pouco mais pela voz das pessoas que construíram esse processo de articulação, é só acessar o QR Code:



# HISTÓRICO DE MOBILIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO FÓRUM

O processo se deu a partir de uma iniciativa mobilizada pelo projeto Rede de Proteção Integrada: trabalho de articulação e mobilização na Brasilândia, executado pelo Instituto Sou da Paz, com financiamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD). A intenção do Instituto Sou da Paz era construir uma rede entre as instituições que atuam com Medidas Socioeducativas que contribuísse na implementação do Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo. Este plano contém a indicação de perspectivas de ações para o período de 10 anos, sob responsabilidade da rede intersetorial, com participação da sociedade civil e de representantes do governo.

O desenvolvimento deste projeto aconteceu entre o período de agosto de 2018 e julho de 2019, com mobilização de diferentes setores de instituições da sociedade civil, governo municipal e estadual. Infelizmente, o Plano Decenal de metas da cidade de São Paulo, referente às Medidas Socioeducativas, até a data desta publicação, ainda não fora efetivamente implementado.

Mesmo com o fim do financiamento do projeto, tanto o Instituto Sou da Paz, como outras instituições continuaram com os encontros, porque avaliaram o potencial que esse espaço de articulação estava proporcionando aos atores integrantes do Fórum, e em última instância aos adolescentes, jovens e famílias atendidos pelos serviços.

## POR QUE E PARA QUE EXISTE A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Há um conjunto de direitos que devem ser garantidos pelo Estado, para possibilitar que as pessoas vivam com dignidade o que se nomeia de cidadania.

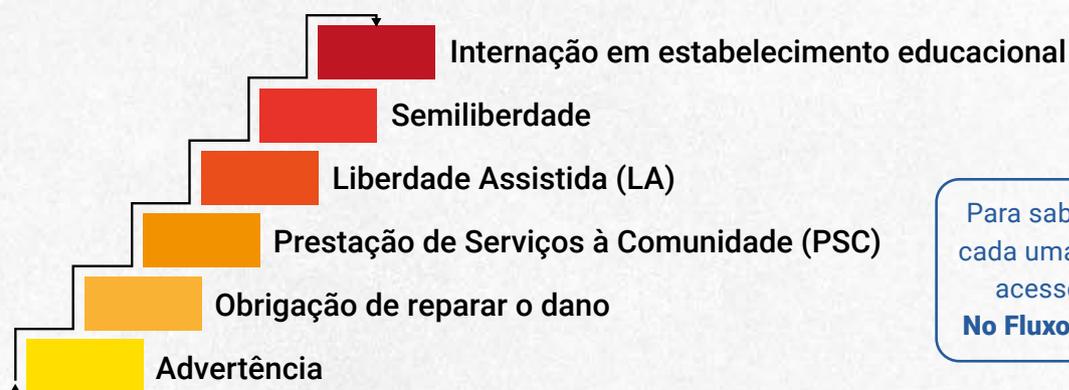
*“Quem não tem esse direito está à margem ou excluído da vida social e da tomada de decisões” .<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> <https://www.politize.com.br/por-que-e-importante-cidadania/>

Em relação às crianças e aos adolescentes, a Lei Federal 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é a lei que determina os seus direitos. A partir dele, compreende-se como criança, o indivíduo que está na faixa etária entre 0 e 11 anos e 11 meses, e como adolescentes, entre 12 anos e 18 anos. No Estatuto da Criança e do Adolescente é previsto que um/a adolescente não pode responder sobre um conflito com a lei da mesma maneira que uma pessoa adulta responde, o que não significa não serem responsabilizados/as pelos atos cometidos. A estes/as adolescentes, estão previstas, no art. 112, as medidas socioeducativas, cuja execução está regulamentada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Sobre as medidas, cabe destacar que o poder judiciário pode aplicar uma ou mais medidas cumulativamente, considerando a gravidade do ato infracional e a capacidade do adolescente em cumpri-la. E, o seu acompanhamento acontece de forma diferente, em função de sua gravidade.

### Medidas Socioeducativas previstas na lei



Para saber mais sobre cada uma das medidas, acesse o panfleto **No Fluxo das Medidas.**

**Advertência** e **Obrigação de reparar o dano** são aplicadas e acompanhadas pelo próprio juiz. **A Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)** e **Liberdade Assistida (LA)** são acompanhadas por programas executores de medidas socioeducativas em meio aberto, em São Paulo nomeados de Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio-Aberto (SMSE-MA), que são serviços geridos por organizações da sociedade civil, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social<sup>2</sup>; e as duas medidas mais gravosas, a **Semiliberdade** e a **Internação** são executadas pela Fundação CASA, no estado de São Paulo, por serem responsabilidade do Governo do Estado.

<sup>2</sup> Por este motivo, estes serviços estão referenciados ao SUAS e seguem a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais

## **VALE A PENA CONHECER MELHOR**

### **AS LEGISLAÇÕES EM QUE ESTÃO ANCORADAS AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS:**

**Lei Federal 8.069/90** - Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos:

**Art. 4º** - Dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público - absoluta prioridade

**Art. 86º** - Política de atendimento será feita através de um conjunto articulado ações governamentais e não governamentais

**Art. 101º** - Medidas protetivas

**Art. 103º** - Define ato infracional

**Art. 112º** - Medidas socioeducativas

**Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA**

**Resolução 113, alterada pela 117** - Estabelece o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), organizado a partir de 3 eixos estratégicos: promoção, defesa e controle (2006).

**Resolução 119** - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2006).

**Lei Federal 12.594/12** - Institui o SINASE e regulamenta a execução das medidas socioeducativas:

**Art. 1º** - Define o SINASE e expõe os objetivos da mse: (responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato praticado, integração social do adolescente e garantia de seus direitos individuais e sociais, desaprovação da conduta infracional);

**Art. 35º** - Princípios das mse;

**Art. 49º** - Direitos do adolescente;

Além dessas que fazem parte do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, também é importante conhecer o artigo 205 da Constituição Federal, que reforça o direito da/os adolescentes de frequentar a escola.

O acesso a estas normativas demonstram que o acompanhamento das medidas socioeducativas, seja em meio aberto ou fechado, não é uma ação simplista e necessita de uma comunicação constante entre instituições governamentais e não governamentais que realizam as ações previstas para o cumprimento das ações socioeducativas. Esse conjunto de ações deve garantir que a/os adolescentes cumpram com dignidade essas medidas, assegurando seus direitos e deveres, preparando-os/as, assim, para o exercício da cidadania.

Importante ressaltar que a intenção desta publicação, não é focar nos atos infracionais cometidos pela/os adolescentes, mas sim, nas ações que as instituições que trabalham com ela/es realizam para tentar garantir os direitos que muitas vezes lhes foram negados, e como consequência, houve o cometimento do ato infracional.

Diante da determinação prevista em lei da rede de serviços que devem atuar para garantir a aplicação das Medidas Socioeducativas, aqui, interessa saber: Como um espaço de encontro entre os serviços e um Fórum podem contribuir em relação aos trabalhos realizados?

## AÇÕES EM REDE

O princípio da Incompletude Institucional<sup>3</sup>, de forma traduzida, estabelece que nenhum serviço sozinho dá conta de resolver problemas sociais complexos, sendo, portanto, incompleto e gerando a necessidade do atendimento em rede. Trata-se de um dos princípios essenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do qual muitos serviços que realizam as ações previstas nas Medidas Socioeducativas, fazem parte, inclusive o programa que acompanha as medidas em meio

3 “A especificidade da Assistência Social se mantém no campo relacional e na provisão dos mínimos sociais. No entanto, várias outras dimensões devem ser atendidas para que de fato o cidadão possa ter atendidas suas necessidades. Só podemos falar em atendimento integral das demandas dos usuários se pensarmos na perspectiva da articulação e da intersetorialidade”

aberto, fica claro que a articulação em rede é uma das diretrizes do trabalho. Além disso, para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)<sup>4</sup>:

---

*A incompletude institucional é um princípio fundamental norteador de todo o direito da adolescência que deve permear a prática dos programas socioeducativos e da rede de serviços. Demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para a efetivação da proteção integral de que são destinatários todos adolescentes. (2006, pág. 23)*

---

Mesmo com o histórico que o Brasil tem em relação a espaços coletivos de trabalhos desde redes comunitárias até fóruns instalados com representações da sociedade civil e do Estado, é importante ressaltar que, desde a criação do Fórum de Medidas Socioeducativas da Freguesia do Ó e Brasilândia, em 2018, **não há notícias, na cidade de São Paulo, de outra rede de articulação relacionada ao tema que reúne a diversidade de instâncias que o Fórum vem articulando durante esse período de atuação.**

O diálogo, o encontro, as trocas, podem parecer algo natural do dia a dia, mas diante das demandas que as instituições precisam atender, cada uma no seu grau de competência, é sabido que, na maioria das vezes, esses momentos de trocas não acontecem. Então as ações em rede constituem um modelo de tecnologia social,<sup>5</sup> ou seja, algo realizado pela possibilidade de encontros e trocas de experiências, como segue na fala de Guilherme Ray, técnico psicólogo, que foi representante do Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, ALPS I no Fórum.

---

4 “Constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais”. SINASE, 2006.

5 [https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica\\_nacional/\\_social/Tecnologia\\_Social.html](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.html)

*Para nós aqui do serviço de medidas ALPS, uma das maiores contribuições que tivemos com o Fórum de Medidas Socioeducativas, Freguesia do Ó e Brasilândia, junto com o Instituto Sou da Paz, foi poder conhecer as pessoas que atuam dentro das instituições e ter uma proximidade mais humana com todo mundo, com pessoal do Ministério Público, Defensoria Pública, Fundação Casa, de todos os serviços que compõem essa rede de atuação de defesa da criança e do adolescente, que estão em cumprimento de Medida Socioeducativa, e além disso, poder compartilhar o conhecimento, vivências e experiências e poder fortalecer nossa rede para ter um melhor resultado dentro do nosso território.*

**Guilherme Ray**

TÉCNICO PSICÓLOGO



A fala de Guilherme ilustra como espaços como o Fórum contribuem positivamente nos trabalhos realizados, pois possibilitam a criação de uma rede de trocas de saberes entre instituições que muitas vezes tem trabalhos complementares.

É essa trajetória de acertos, erros, desafios e desejos futuros que o Instituto Sou da Paz traz nesta publicação, com o intuito de disseminar a experiência e, assim, contribuir para ações em rede relacionadas aos programas executores das medidas socioeducativas e, conseqüentemente, a garantia de direito da/os adolescentes.

# IMPLEMENTAÇÃO DO FÓRUM

## CAMINHOS DE UM PROCESSO PARTICIPATIVO

*Conversa sempre envolve ação. A conversa genuína é compartilhamento de poder e conhecimento; é uma iniciativa de cooperação.*

**bell hooks**

O processo de criação do Fórum de Medidas Socioeducativas da Freguesia do Ó e Brasilândia, que se constitui como um espaço de encontro das instituições de diferentes instâncias que atuam no sistema de garantia de direitos, tem um caminho que a princípio foi estimulado e mediado pelo Instituto Sou da Paz. Isso significa que, no início, a instituição partindo da relação de parceria que já tinha estabelecida, há alguns anos, com os programas executores de medidas socioeducativas em meio aberto, teve a tarefa de procurar outras instituições do território da Freguesia do Ó, da Brasilândia e da cidade de São Paulo, que respondessem por trabalhos relacionados às medidas socioeducativas, incluindo o sistema de justiça.

Se a efetividade do sistema de garantia de direitos relacionado às medidas socioeducativas envolve uma rede grande de serviços que abrange as áreas da educação, cultura, saúde, assistência social, judiciário, entre outras, então, organizar esse processo inicial também significou estabelecer diálogo com essas diferentes instâncias.

Por esse motivo, desde o início, o Instituto Sou da Paz buscou contatar diretamente diversas instituições do território para desenvolver essa articulação. Esse trabalho de mobilização foi essencial para estabelecer uma rede colaborativa de comunicação na qual uma instituição ou serviço informava outras sobre a ideia do Fórum.

Exemplo disso é que em 2018, ano de criação do Fórum, mensalmente profissionais representantes do Instituto Sou da Paz, com o objetivo de circular o boletim mensal do Fórum Articulação na Medida, visitavam instituições participantes ou

potencialmente interessadas em participar, e aproveitavam para dialogar sobre o trabalho que estava sendo realizado e reiterar a importância da adesão das instituições para fortalecer ainda mais esse espaço de articulação.



Exemplar nº1 do boletim **Articulação na Medida**  
As publicações estenderam-se até nov/2021, edição 21.



É importante destacar pois, se o Fórum acontece com frequência média de 30 pessoas representando diferentes instituições, incluindo o sistema de justiça, esse resultado está atrelado a muito trabalho de mobilização, algo que não acontece de maneira rápida, uma vez que estamos falando de entendimento coletivo, de um processo educador, que leva um tempo de construção e articulação, para que os atores envolvidos possam elaborar a importância da ocupação desse espaço não apenas como espectadores, mas como mediadores do processo.

Por isso, esse entendimento de quanto o desenvolvimento de ações em rede pode potencializar as ações realizadas pelas instituições e, conseqüentemente, com e para as pessoas que são atendidas pelos serviços, é um dos elementos que levam as instituições a integrarem espaços de diálogo como o Fórum, não como uma obrigação institucional, mas com pertencimento de instituição com função pública que conduz trabalhos essenciais para a sociedade.

Isso é retratado na fala de Cilene Terra, assistente social que representa a Equipe Técnica do Tribunal de Justiça no processo de articulação do Fórum, desde 2018.

*Quero deixar minha satisfação de estar participando deste Fórum. Eu tive encontros muito ricos, oportunidades de encontro com experiências e relatos de profissionais de outras instituições com as quais a gente não tem muita oportunidade de trabalhar no cotidiano, lá no fórum, e dizer um pouco da dificuldade que é para todos nós trabalhar nesse sistema de justiça que tem todo um ranço autoritário, que tem um distanciamento muito grande da população usuária, e o quanto é difícil estabelecer ponte entre a população, as instituições e os serviços. É um desafio para todos nós. Acho que o Sou da Paz tem ajudado nessa construção. Foi um Fórum bastante rico, com profissionais importantes de instituições importantes, quero parabenizar o trabalho e dizer que, apesar de árduo, difícil e demorado, eu não vejo outro caminho que não seja persistir nessa aproximação, nessas relações.*

**Cilene Terra**

ASSISTENTE SOCIAL



A fala de Cilene reflete acerca de como estar em espaços de diálogos como o Fórum oportuniza um processo educador coletivo que reflete na qualificação dos profissionais e, conseqüentemente, dos serviços. Como ela diz, “é uma oportunidade de encontrar profissionais de diferentes serviços e instâncias de ação”.

O trabalho com grupos que estão em vulnerabilidade social é difícil, mas não impossível de mudança, como pontua Paulo Freire, no livro Pedagogia da Autonomia (2011, p. 75): “No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar.” E se a mudança se faz de maneira coletiva, além de ser menos angustiante, também é um processo mais exitoso.



Encontro Mensal de Setembro, 2019



Encontro Mensal de Janeiro, 2020

O documentário *Juízo*, dirigido por Maria Augusta Ramos, lançado em 2007, mostra como esse distanciamento entre instâncias públicas e a população pode se transformar em ações violentas por parte de pessoas que deveriam representar o sistema público, o sistema de garantias de direitos, na perspectiva de possibilidades que muitas vezes as/os adolescentes nunca tiveram.

Por esse motivo, ocupar espaços de encontro e de diálogo como o Fórum possibilita alargar as perspectivas das ações, pois elas deixam de ser ações isoladas e passam a fazer parte de uma rede. Assim, as/os profissionais, ao se depararem com repertórios que muitas vezes não estão relacionados diretamente ao seu escopo de trabalho, têm a chance de ver essas realidades interferirem na maneira como atuam, de modo a fortalecer as ações realizadas. Isso significa fazer acontecer de fato o sistema de garantias de direitos, proporcionando o acolhimento que as/os adolescentes e suas famílias necessitam no período em que passam pelo processo de medida socioeducativa.

Conseguimos detectar isso em algumas das falas que aparecem na publicação de edição extraordinária do boletim *Articulação na Medida*, de 2019, que teve como foco trazer um pouco do que foi o trabalho dos grupos focais que aconteceram entre fevereiro e maio do mesmo ano. Durante a realização desses grupos, foram entrevistados um total de 40 adolescentes (meio aberto e fechado), 27 familiares e 14 trabalhadores (Conselho Tutelar, Supervisão de Saúde, Unidade Básica de Saúde, Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil, Serviço de Medidas Socioeducativas em meio aberto, Fundação Casa).

Os grupos focais seguiram algumas orientações. Como consta na edição extraordinária do boletim:



As recomendações inspiradas pelas informações colhidas nos grupos, foram pautadas nas metas contidas no Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo de São Paulo (2015-2025). Foi proposta do projeto desenvolvido pelo Instituto Sou da Paz agir pela implementação do que está estabelecido no Plano Municipal, de forma que trazer as metas em articulação com a realidade daqueles que vivem e trabalham na Brasilândia é fazer viver preceitos éticos, técnicos, e educativos que pautaram a construção da legislação que diretamente referenciam e defendem os direitos dos adolescentes aqui representados - a dizer, ECA e SINASE. São estratégias que dependerão de provocações alimentadas por toda rede de serviços e que poderão aprofundar o diálogo e, portanto, o fortalecimento dos atores das diferentes políticas locais. (Instituto Sou da Paz, 2019, p.3)

A partir dessas orientações, grupos de conversas mediadas com temáticas de Educação, Fundação Casa, Saúde, Trabalho, Rede Territorial e Segurança Pública, aconteceram com adolescentes, familiares e profissionais da rede

Parte do resultado desses encontros formam um material de *autoridade testemunhal*<sup>6</sup> que estão nos trechos a seguir, também retirados da edição extraordinária do boletim *Articulação na Medida*, de 2019.

6 Termo usado por Patricia Hill Collins, para tratar sobre metodologias usadas para trabalhar com grupos subalternizados, compreendendo que para certos trabalhos a realidade de quem vive precisa ser referência.



## VOZ DOS ADOLESCENTES

*“Não dá para regenerar alguém tirando ela da família e só deixando ela ver uma vez por semana, por três, quatro horas. Eles falam que gastam 12, 14 mil com a gente. Se eu tivesse esse dinheiro, eu não precisava estar aqui. Se, ao invés de investir em cadeia eles cuidassem das famílias, dessem boa educação, as coisas seriam diferentes. Com este dinheiro ‘dá pra’ cuidar de uma família toda. Porque é assim, às vezes, a gente acha que só tem isso ‘pra’ a gente, que não temos outras escolhas e precisamos romper esta visão. A gente acaba não conhecendo nada ou, se alguém fala, a gente também acha que não é para gente. É igual aquilo, o determinismo, que quem nasce na comunidade só vai viver e poder morar lá, não vai ser diferente. Temos que romper este pensamento”.*



## VOZ DAS FAMÍLIAS

*“Na Fundação CASA chamavam meu filho por um número. Eles não têm nem nome quando vão ‘pra’ internação”.*

*“Na internação, as funcionárias ficam remexendo seu cabelo ‘pra’ ver se não tem nada escondido nele. São cinco, seis mães peladas ao mesmo tempo na hora da revista”.<sup>7</sup>*



## VOZ DOS PROFISSIONAIS

*“A medida socioeducativa é um paradoxo, porque, antes da medida, ele era invisível e, depois, vai descobrir um monte de coisa”.*

Para os profissionais, a medida socioeducativa tem como objetivos: Educar/Transformar, Responsabilizar, e possibilitar o Acesso a Direitos. Os participantes disseram que a medida socioeducativa seria um tempo para o adolescente realizar descobertas sobre si e sobre seu relacionamento com o mundo social.

*“O próprio nome já diz, a medida trabalha a socioeducação do adolescente, que tem a ver com educar para viver em sociedade”.*

<sup>7</sup> Este relato refere-se a uma experiência ouvida em 2019. Conforme portaria normativa de 2021, ficam proibidas as revistas íntimas a familiares de adolescentes que adentrarem os centros socioeducativos da Fundação CASA, sendo usados scanner corporais e/ou detectores de metais. Ver em [https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/PN-357-21\\_Procedimentos\\_revista\\_familiares.pdf](https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/PN-357-21_Procedimentos_revista_familiares.pdf)

Estes testemunhos mostram como ainda é frágil o trabalho relacionado ao sistema de garantias de direitos das medidas socioeducativas e como projetos que contribuem para encontros, diálogos e avaliações possibilitam novos olhares em relação à aplicação dessa política pública prevista em leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O trabalho dos grupos focais foi mais uma ação do Fórum que pôde dar visibilidade às vivências que acontecem entre as instituições, os jovens e seus familiares. A maneira como essas vivências são organizadas dentro de um processo colaborativo é o que vamos ver a seguir.

## EXPERIÊNCIA DE AÇÃO EM REDE: INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES E MODELO DE GESTÃO

*Confiar significa acreditar na própria habilidade e na de outra pessoa para cuidar, para se estar atento ao bem-estar um do outro.*

**bell hooks**

O projeto Rede de Proteção Integrada, realizado pelo Instituto Sou da Paz, que deu origem ao Fórum, teve todas suas ações e atividades planejadas e realizadas de forma participativa com as instituições parceiras, estimulando a gestão compartilhada.

As instituições que participam do Fórum atuam nas áreas de medidas socioeducativas, o que é fundamental para promover a colaboração e o intercâmbio de experiências. Destaca-se a importância de contar com a representação de atores estratégicos, garantindo que, nas plenárias mensais, as organizações compartilhem não apenas conhecimentos, mas melhores práticas para enfrentamento dos desafios em suas atividades socioeducativas.

Ademais, o Fórum adota uma gestão colaborativa, o que significa que as decisões e ações são tomadas de maneira coletiva, envolvendo a contribuição de todos os participantes. Essa abordagem promove a eficiência na resolução de problemas, estimula a inovação e fortalece a rede de organizações, criando um espaço propício para o desenvolvimento conjunto de estratégias mais eficazes no apoio a indivíduos sob medidas socioeducativas. A participação ativa e engajada das organizações no Fórum contribui para uma abordagem integrada na promoção de medidas socioeducativas mais efetivas.

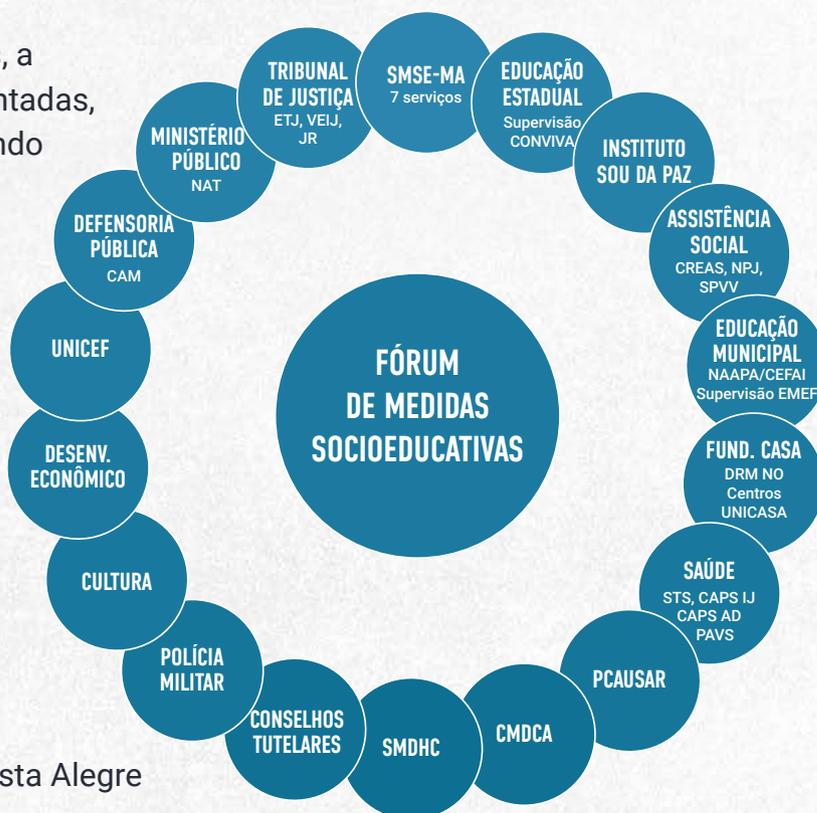
Ao final de seu primeiro ano de existência, o Fórum de Medidas Socioeducativas Freguesia do Ó e Brasilândia apresentou como resultado a participação em pelo menos um encontro, de 21 instituições, descritas no quadro a seguir:

- |                                                                           |                                                                  |
|---------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| 1. SMSE-MA ALPS                                                           | 11. Instituto Pedro Henrique                                     |
| 2. SMSE-MA Despertar Para Vida                                            | 12. Conselho Tutelar Brasilândia                                 |
| 3. SMSE-MA Ines Monaco                                                    | 13. Conselho Tutelar Freguesia do Ó                              |
| 4. Fundação Casa                                                          | 14. Casa de Cultura Brasilândia                                  |
| 5. Diretoria de Ensino Norte I                                            | 15. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho |
| 6. Diretoria Regional de Educação FÓ/BR                                   | 16. Equipe Técnica do Judiciário (ETJ/TJSP)                      |
| 7. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS FÓ/BR) | 17. Núcleo de Assessoria Técnica (NAT/MPESP)                     |
| 8. Supervisão Técnica em Saúde                                            | 18. Ministério Público (MPESP)                                   |
| 9. CAPS-IJ Brasilândia                                                    | 19. Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM/DPESP)           |
| 10. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania                  | 20. Defensoria Pública (DPESP)                                   |
|                                                                           | 21. Polícia Militar (18º BPM)                                    |

Ao longo dos anos seguintes, a partir das demandas apresentadas, outras instituições foram sendo convidadas a compor este espaço de articulação.

**Sociedade Civil:**

- Instituto Vovó Tutu
- Associação Amparar
- Instituto C
- Instituto Pedro Henrique
- Centro de Convivência Jd. Vista Alegre



O histórico das ações sistematizadas nesta publicação só aconteceu pelo investimento de organizações e pessoas que acreditaram na possibilidade de executar as políticas públicas de maneira articulada, desafiando suas ações e construindo novas interações.

Por isso, a disponibilidade das instituições que compõem um processo de articulação é fundamental, bem como a manutenção de um espaço motivador para sua permanência.

Durante o processo de articulação que constitui os encontros do Fórum, as ideias de comunidade democrática em meio à diversidade de instituições já eram uma premissa, a qual as instituições parceiras apoiaram.

Como conta Vanessa Alves, representante do Instituto Sou da Paz na organização do Fórum:

*Trabalhar de forma compartilhada e participativa para nós é uma premissa porque entendemos que qualquer construção só faz sentido se houver uma participação efetiva de todos que estiverem compondo essa construção.*

**Vanessa Alves**

INSTITUTO SOU DA PAZ



Essa gestão com abordagem pluralista e colaborativa na formação do Fórum seguiu metodologia da gestão compartilhada com a composição de duas instâncias: Coordenação Colegiada e Comitê de Comunicação.

## COORDENAÇÃO COLEGIADA

Método em que as instituições indicam pessoas que compõem o núcleo organizacional para desenvolver um trabalho de maneira integrada. No Fórum, essa instância de trabalho tem como função planejar as estratégias de atuação conjunta entre as organizações que compõem a rede e executar os encontros mensais da plenária, bem como todas as ações decorrentes dos encontros.

O modelo de gestão participativa não é um método organizacional novo, e no Brasil ganhou força no processo de redemocratização na segunda metade da década de 1980. Porém, é importante ressaltar que, apesar de conceitos como democracia, processos colaborativos e gestão compartilhada não serem ideias tão distantes das pessoas, das organizações, processos como esse ainda são uma exceção. Realizar um processo de gestão compartilhada com uma diversidade de organizações é realizar, em meio às diferenças, um desafio dialógico. Como conta Adeline Ferreira, representante da educação municipal no Fórum, e integrante da Coordenação Colegiada:

*Aprender sobre assuntos que não são da nossa área de atuação é relevante pra gente conseguir atuar com a rede de serviços, me ajuda com formação profissional e para compartilhar com outras pessoas da equipe. Quando a gente traz essa estratégia de compartilhar, a gente tem o olhar do outro e cria-se uma empatia como profissional. Também trazemos as questões relevantes do nosso território, das nossas necessidades para pensar em resoluções de problemas.*

**Adeline Ferreira**

REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL



Não é um caminho reto, e atravessar todos esses caminhos não é fácil porque as organizações são diversas, apesar de terem como ponto em comum a qualificação do atendimento das medidas socioeducativas, cada uma tem sua metodologia de trabalho:

Nesse sentido, o filósofo e educador Paulo Freire (2011, p. 133), uma referência para grupos, instituições e políticas públicas em relação a gestão democrática e

educação como prática de liberdade, apresenta uma reflexão sobre a possibilidade de criação potente diante da sustentação do diálogo:

---

*Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas. O fechamento ao mundo e aos outros se torna transgressão ao impulso natural da incompletude. O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história.*

---

Esse movimento vivo na história é o que indica a fala de Adeline, sobre ter um processo heterogêneo, mas com diálogo bem informado das necessidades políticas para realizar um melhor trabalho, é um acerto de estratégia metodológica.

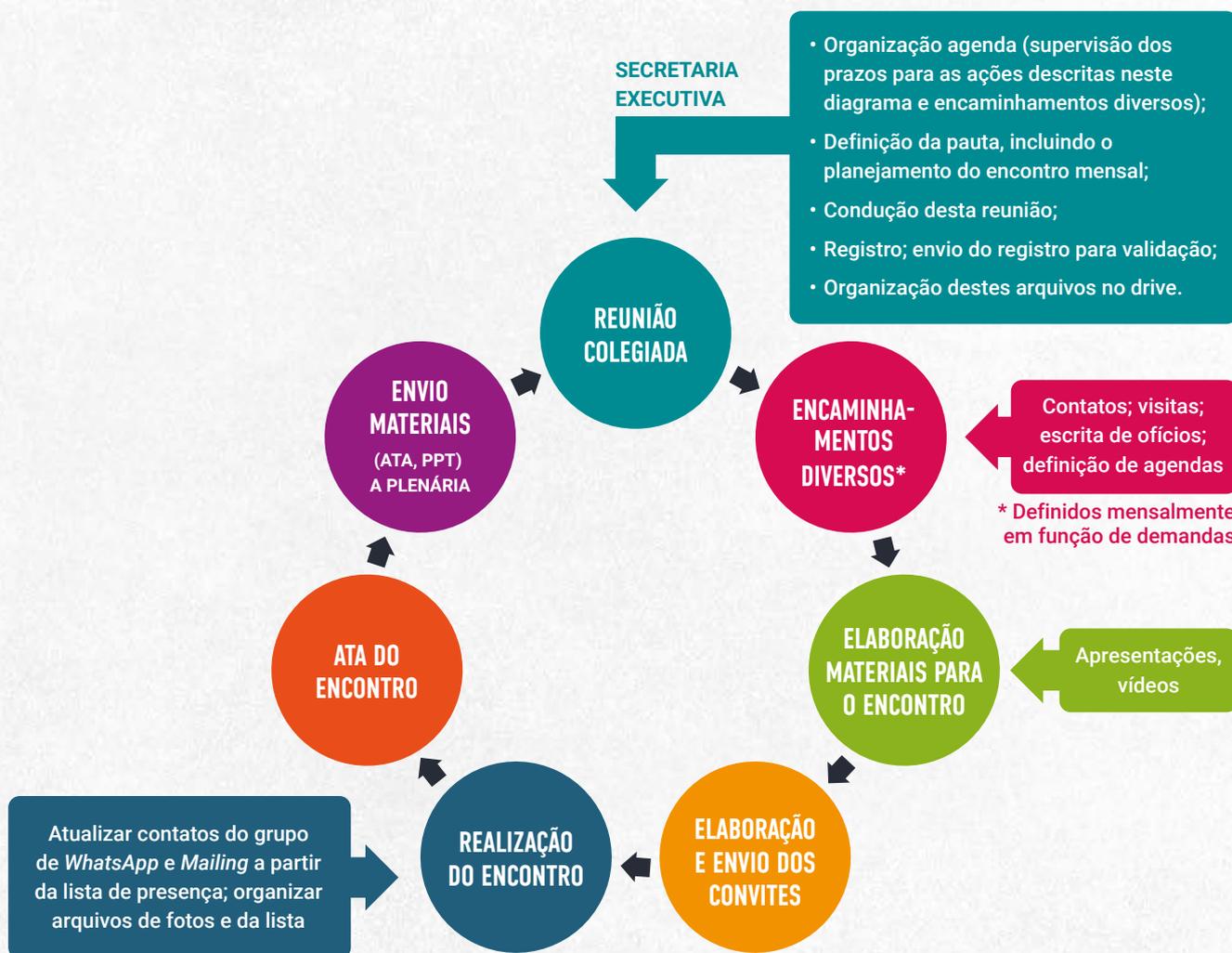
Na prática a Coordenação Colegiada é uma instância de gestão que tem o papel de pensar o Fórum de maneira estratégica, definindo e priorizando os temas a serem pautados a partir das demandas iniciais sugeridas e escolhendo os caminhos que o Fórum pretende seguir a partir das premissas definidas pelo grupo, por exemplo: de respeito aos direitos humanos; de protagonismo de adolescentes no processo socioeducativo; de não apoio à redução da maioria penal e ao aumento do tempo de internação.

O único critério para que um profissional possa compor a Coordenação Colegiada é ser um representante de uma instituição participante do Fórum. É interessante, no entanto, que este profissional tenha um perfil colaborativo e participativo, além de disponibilidade para o cumprimento das ações necessárias acordadas no coletivo e no prazo estipulado.

A qualquer momento novos integrantes podem ingressar a Coordenação Colegiada, e essa participação é de prazo indeterminado.

Esse grupo que compõe a Coordenação Colegiada elege um profissional para a secretaria executiva, por um período a ser combinado, que será responsável por assumir a condução das tarefas da Coordenação Colegiada e liderar as atividades. Esta atribuição pode ser rodiziada por períodos definidos pelo grupo.

A Coordenação Colegiada deve se reunir mensalmente três semanas antes da realização do encontro mensal, de forma remota ou presencial, para planejar, definir e distribuir a responsabilidade das ações necessárias para a organização do próximo encontro.



Descrição do fluxo de ações da coordenação colegiada

Com base no plano de ação anual, elaborado a partir da avaliação realizada junto a todos as pessoas participantes e colhidas as sugestões de temas para debate no Fórum, a Coordenação Colegiada organiza o encontro mensal, definindo se a pauta demanda convite a algum profissional ou instituição parceira para agregar conhecimento, e elaborando materiais de apoio que possam subsidiar o debate.

Também há a possibilidade de a cada encontro ser feita a inserção de novas temáticas conectadas ao momento atual que cada serviço/programa está vivenciando relacionado ao tema do fórum.



**FÓRUM DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DA FREGUESIA DO Ó/BRASILÂNDIA**

Atividades/Ações	Demandas apresentadas pelo grupo e consideradas necessárias pelas instancias de gestão	Atividades propostas	Metodologia	Prazo
Reuniões mensais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Encontros mensais online</li> <li>Organização dos encontros por temas relativos e/ou transversais ao atendimento de adolescentes em cumprimento de mse (saúde mental e comunidades terapêuticas, racismo estrutural, temas ambientais, entre outros); e/ou quaisquer outra demanda atual (ex. educação em fevereiro)</li> <li>Agregar interlocução de estratégias da Justiça Restaurativa – Discussão a ser realizada com o Grupo Gestor</li> <li>Sensibilização e convite à participação nos encontros do Fórum: Maior participação dos profissionais dos SMSE – MA do território; Representante da Comissão Intersetorial (disponibilidade do fórum para as interlocuções necessárias para uma ação efetiva desta comissão) Retomada de uma maior participação de profissionais da F. CASA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rodas de Conversas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Espaço para inclusão de pontos/temas na pauta do dia;</li> <li>Organização do encontro no formato de roda de conversa.</li> <li>Envolver na dinâmica da reuniões casos e situações cotidianas dos programas executores para exemplificar os temas e desafios enfrentados no território, resguardando o sigilo;</li> <li>Pauta Fixa: ações do GT PSC do território</li> <li>Temas a serem debatidos: Racismo estrutural / Violência / Saúde mental</li> </ul>	02 horas
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação dos adolescentes em cumprimento de mse e/ou que já finalizaram as medidas socioeducativas (pós medida).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escuta qualificada dos adolescentes acerca da sua participação (Sugestão: compor a equipe de comunicação ou espaço fixo nas reuniões mensais)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estratégia: A ser planejada em um encontro das instâncias de gestão, específico para este planejamento</li> </ul>	A definir
Espaços de capacitação - formação continuada	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade de mais espaços de formação continuada para os profissionais que atuam direta ou indiretamente com adolescentes;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Espaços formativos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentação de estudos/pesquisas como estratégia complementar aos processos de formação</li> </ul>	03 a 04 horas semestrais;

Modelo Plano de Ação 2021

## COMITÊ DE COMUNICAÇÃO

O trabalho de comunicação é um eixo necessário na metodologia de articulação em rede, para que exista um fluxo de comunicação entre as pessoas e organizações.

Por isso, é importante entender que parte do processo inclui dispositivos com a finalidade de facilitar a comunicação entre os participantes do Fórum para a execução de suas ações,<sup>8</sup> como grupo em aplicativos de telemensagem (WhatsApp), grupo de e-mails, lista de presença e apresentações usadas nas reuniões.

<sup>8</sup> Estes dispositivos são um recurso também utilizado pela Coordenação Colegiada como meio de comunicação para efetividade do fluxo de suas ações

Além disso, o Comitê de Comunicação também utiliza outros dispositivos, pois tem a finalidade de divulgar os trabalhos do Fórum, traduzir as ações da socioeducação e temas transversais para meios de comunicação que abrangem público que vai além da rede de articulação. Estes dispositivos cumprem uma finalidade também educativa: site e perfis nas redes sociais (tal como Instagram, Facebook, entre outros que o Comitê julgar necessário)

Por isso, dentro da gestão compartilhada, o Comitê de Comunicação também funciona com representação das instituições que compõem o Fórum. Sobre esse papel de comunicação que os canais do Fórum exercem, Jessica Moura, representante do Instituto Sou da Paz no Comitê de Comunicação, conta que:

*Considero que o trabalho do Comitê é importante, pois faz com que a pauta socioeducativa seja um conteúdo vivo. É vivo porque sempre é presente através das postagens sobre a política socioeducativa, também com cotidiano do trabalho dos serviços de medida do território que fazem as oficinas, capacitações e realizam uma divulgação com outros atores que compõem a rede do Fórum e outros que estão fora do Fórum.*

*Penso que é um componente da educação popular, porque é feito pelos profissionais e para os profissionais da socioeducação. As postagens falam sobre a realidade, a política da socioeducação e conteúdos mais reflexivos como pautas que estão em voga na sociedade como o racismo e a população LGBTQI+, mas sempre com olhar para a socioeducação. Por isso, é um elemento fundamental para educação popular, um dos meios fundamentais dentro do Fórum.*

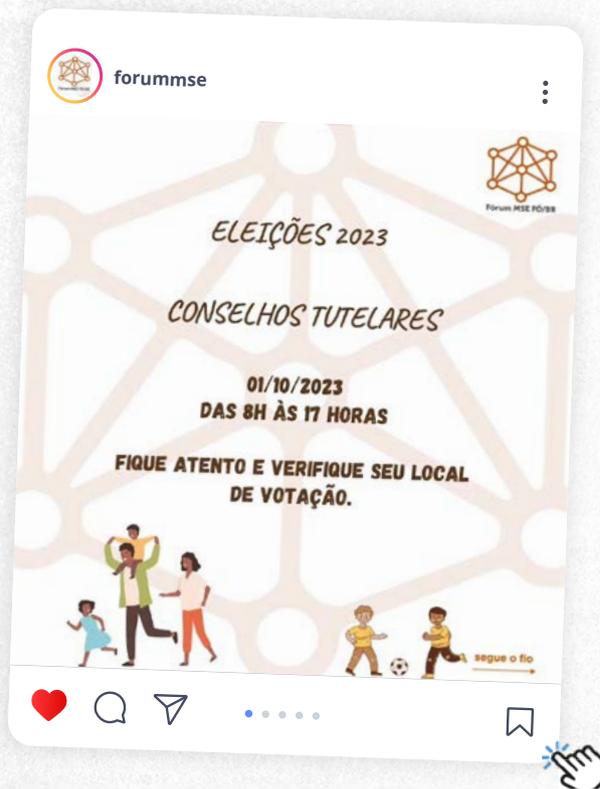
**Jéssica Moura**

INSTITUTO SOU DA PAZ



Como Jéssica aponta, não é apenas uma comunicação com intuito de informar — o que já é muito trabalho —, mas uma comunicação que seja informativa e formativa ao mesmo tempo. Como o exemplo já demonstrado dos Boletins que a cada edição tinha um tema gerador, por isso, cada edição trazia um tanto de conteúdo sobre esse tema, além das informações mais cotidianas do Fórum.

Um exemplo de como propor à população acesso a informações sobre temas de direitos fundamentais foi a eleição de 2023 para o Conselho Tutelar, que teve atuação forte das organizações que trabalham com direitos das crianças e adolescentes. A rede de comunicação via Instagram do Fórum também somou esforços nessa campanha, que teve como intuito levar informação para a população sobre a importância do Conselho Tutelar e a forma de votação.



O Comitê de Comunicação, da mesma forma que a colegiada, também é composto por profissionais representantes das instituições participantes do Fórum que tenham interesse em desenvolver estratégias de comunicação, que gostem de trabalhar com as redes sociais e que tenham disponibilidade para reunir-se mensalmente e assumir de forma colaborativa a responsabilidade pelo cumprimento dos prazos das ações definidas pelo grupo. Não há um número mínimo de participantes considerado ideal, mas este número deve ser suficiente para atender o cumprimento das tarefas, de forma a não sobrecarregar os integrantes.

A periodicidade em que o grupo se encontra também é mensal. A escolha por eleger uma secretaria executiva, como na colegiada, é uma opção funcional para a qualidade do trabalho.

### Organograma das principais atividades:



## INSTÂNCIAS DE GESTÃO SE ADAPTAM AO PERÍODO DA PANDEMIA: DESAFIOS E INOVAÇÕES

Não só os trabalhos do Fórum, mas a dinâmica mundial mudou em razão do período de isolamento social causado pela pandemia de Covid-19 entre 2019 e 2021. O Fórum também precisou se organizar para manter uma atuação coerente aos desafios do momento e alinhadas às normativas/diretrizes que foram surgindo no decorrer deste período. Após dois meses de interrupção das reuniões, quando ainda buscava-se entender a extensão do isolamento e duração da pandemia, o Fórum decidiu por retomar as atividades de forma remota. As reuniões passaram a ser online e a Coordenação Colegiada começou a se debruçar sobre os desafios impostos para articular a rede e efetivar os encaminhamentos, uma vez que a medida de Prestação de Serviços à Comunidade foi suspensa.<sup>9</sup> No entanto, a medida de liberdade assistida foi mantida e demandou um acompanhamento remoto e, posteriormente, híbrido por parte dos educadores dos programas executores das medidas em meio aberto. Em razão destas mudanças e dos desafios dos atendimentos virtuais aos adolescentes, as reuniões mensais abordaram estratégias para qualificar os mecanismos de atendimento, fortalecer as famílias diante de um cenário de fragilidade de saúde e insegurança alimentar, bem como discutir formas de se preservar a saúde de adolescentes, familiares e profissionais dos serviços participantes do Fórum, em especial os programas executores das medidas socioeducativas em meio aberto.

O desafio que a equipe de comunicação do Fórum enfrentou foi como de muitas outras organizações, no sentido de começar a explorar novas formas de interação. Foi nesse período que nasceu o podcast *Papo Nosso*, que se constituiu como um Grupo de Trabalho<sup>10</sup> (GT).

9 Provimento CSM 2572/2020 - TJ SP

10 Uma das formas de Trabalho do Fórum, mencionada na página 37



Sobre esse período e o podcast, Cristiane Patricia de Moraes, técnica Assistente Social do Serviço de Medidas ALPS II Freguesia do Ó e Brasilândia, representante da instituição no Comitê de Comunicação, nos conta que:

*No momento da pandemia pensamos em construir uma ação com as famílias, falando a partir do cotidiano delas, como estava sendo nas comunidades, onde a maioria das pessoas atendidas passava por momento de vulnerabilidade social em relação ao sustento e questões de violências. Por isso, avaliamos com a/os adolescentes a possibilidade de fazer o podcast para falar das dificuldades que estavam vivenciando.*

*Foi uma ação de grande importância, pensada junto com a gestão colegiada e com as famílias. Então, foi feita uma avaliação de como o podcast seria uma oportunidade de poder construir um espaço de fala e de escuta, poder contar com os serviços dentro dessa plataforma digital, mas que propiciou ainda que de forma on-line uma maneira de atendimento e que permitiu trabalhar outros temas, além das questões mais diretas da Medida Socioeducativa.*

*O serviço de atendimento junto com o Fórum e o Sou da Paz conseguiu trazer outro tipo de visibilidade para essas famílias.*

**Cristiane Patricia de Moraes**

ASSISTENTE SOCIAL



Esse período de pandemia com questões inéditas enfrentadas pela população criou novas experiências, exemplo foram as escolas precisando aprender como ensinar de maneira remota, desde a educação infantil até o ensino universitário. Outras políticas públicas, como os serviços que trabalham com as medidas socioeducativas que são um processo de educação, também precisaram transformar suas maneiras de atuação. Sobre esses processos bell hooks (2021, p. 92), no livro *Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança*, afirma que: “Pela prática vigilante, aprendemos a usar a linguagem capaz de dialogar com o cerne da questão, independentemente do ambiente de ensino em que nos encontramos”.

Como apresenta Cristiane Patricia,



*“Foi preciso aprender a lidar com um ambiente novo, e esse aprendizado aconteceu porque houve escuta para e com as famílias e adolescentes, e sobretudo um trabalho em rede para propiciar que essa escuta não fosse desperdiçada, mas sim, transformada em ação”.*

**Cristiane Patricia de Moraes**

ASSISTENTE SOCIAL

Nesse período, todas as reuniões de plenária do Fórum aconteceram de maneira remota.

O período de isolamento da pandemia foi desafiador. As ações em rede do Fórum aconteceram no momento que a rede estava com um fluxo grande de ações, havia acabado de realizar o trabalho Escutando Adolescentes, Famílias e a Rede de Proteção, um diagnóstico que infelizmente não teve tanta possibilidade de uso com ações para e com adolescentes, familiares e rede de proteção, em razão do período de isolamento e as consequentes não ações de campo.

Como já refletido, o trabalho tem fases, e essa com certeza foi muito desafiadora. **O Comitê de Comunicação e o GT Podcast, criado para atender às demandas deste período, foram fundamentais para fazer acontecer o máximo de ações e, de alguma forma, presença para e com adolescentes, familiares e rede de proteção, mesmo com o grande número de incertezas e violações de direitos que ocorreram nesse período.**

Por isso, é importante não perder de vista que o trabalho de comunicação é uma base fundamental para as ações em rede dentro da perspectiva para o processo político-educador que trabalhos como o das ações socioeducativas têm para e com a sociedade.

Todas as ações do Comitê de Comunicação e da Coordenação Colegiada seguem princípios que dão direção para uma atuação.

## PRINCÍPIOS DO FÓRUM

### ► **RELAÇÕES HORIZONTAIS COM DIVISÃO DE TAREFAS E RESPONSABILIDADES**

Para realizar a gestão compartilhada, existem alguns princípios que indicam a direção desse processo, no qual é de suma importância a contribuição de todas as pessoas envolvidas.

Desse modo, não existe uma instituição que tenha mais poder do que outra, todas as organizações que fazem parte têm o direito a exercer opinião nas tomadas de decisão, que acontecem com base em reflexões compartilhadas com práticas interativas, dialógicas e democráticas em relação às pautas a serem refletidas.

### ► **CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA, COLABORATIVA E DEMOCRÁTICA**

Realizar processos em grupo não significa que todas as pessoas são responsáveis por todas as tarefas. Nesse modelo de gestão se definem as pessoas que podem conduzir as tarefas que necessitam serem executadas para o Fórum acontecer. Ou seja, há uma divisão de trabalho e cada pessoa que ocupa um processo sabe da importância que sua função tem para o que foi proposto.

Além disso, considera-se, em todo o processo de planejamento e execução das tarefas, o saber e a experiência de cada um no grupo, buscando-se garantir a todo tempo que as sugestões sejam de alguma forma consideradas. Para tanto, se faz necessário uma escuta qualificada por parte de todas as pessoas que integram o grupo.

### ► **MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO**

O trabalho de mobilização e articulação de pessoas e/ou instituições para compor o Fórum é constante, porque a representação de uma diversidade de instituições de diferentes pastas — como educação, saúde, cultura —, que atuam no território e fora dele, significa a possibilidade de diálogo de trocas de experiências, consequentemente de potencialização das ações que já estão acontecendo e do fomento de novas ações para a qualificação dos trabalhos com Medida Socioeducativa.

## ▶ AVALIAÇÃO CONTINUADA

O processo de avaliação é presente desde a mobilização para a criação da rede de articulação do Fórum, pois a ideia de ter um sistema de avaliação constante integra o método de ação que leva em conta os sinais que aparecem durante a trajetória, não apenas o resultado. Além disso, não há como ter um processo de gestão compartilhada sem um constante diálogo e trocas sobre as ações.

Contudo, é importante ter esses momentos de avaliação dentro de um contexto de atividades planejadas, para que o conteúdo destas possa ser usado como diagnóstico e consequente planejamento.

Diante dessa importância, o processo de avaliação do Fórum durante esse tempo de experiência seguiu a metodologia descrita a seguir.

### — AVALIAÇÃO: UM PROCESSO NECESSÁRIO PARA PLANEJAR —

O processo de avaliação esteve presente, como já dito, desde a implementação do Fórum para direcionar as ações, funcionando como um diagnóstico que, realizando o balanço das ações passadas, se transforma em base para planejamentos futuros.

Dentro do processo de trabalho em rede com gestão compartilhada, o exercício da avaliação também ocorre de maneira coletiva. Não são só os grupos da Colegiada e da Comunicação que participam do processo de avaliação, mas todas/os as/os participantes da plenária do Fórum. Este processo inclui indicadores qualitativos e quantitativos, cujos dados são coletados por diferentes instrumentais.<sup>11</sup> Dentre os indicadores que foram avaliados ao longo dos cinco anos de existência do Fórum, cabe destacar os que se mantiveram em todos os anos: Novas Instituições compondo o Fórum; conexão/articulação das instituições participantes; grau de satisfação dos participantes com os encontros do fórum.

O acesso a estes dados permite às instâncias de gestão uma análise bastante rica, de resultados quantitativos, tais como a frequência com que as instituições

11 Lista de Presença e Questionário via Google Formulários

participaram e se foram representadas por mais de um profissional. Essa análise contribui para obter uma visão geral da diversidade de profissionais e instituições que a articulação do Fórum está conseguindo alcançar.

Ao final é feito um cruzamento desses dados quantitativos e qualitativos, o que gera uma visão mais sistêmica e possibilidades de caminhos futuros.

The image shows a digital survey form titled "Avaliação do Fórum de Medidas Socioeducativas FÓ/BR 2023". The form is divided into several sections with radio button options and text input fields. The questions are:

- Com que frequência você participou do Fórum em 2023? \***
  - Primeira vez que venho
  - Participei esporadicamente (até 4 encontros)
  - Sempre que foi possível (5 a 8 encontros)
  - Com frequência (todos 9 encontros)
- O que seria necessário para que sua frequência nos encontros fosse maior?**  
Sua resposta: \_\_\_\_\_
- Sua participação no Fórum possibilitou alguma alteração na sua concepção sobre as medidas socioeducativas? \***
  - Não
  - Um pouco
  - Sim, mas esperava ter aprendido mais
  - Sim, mudou bastante
- Em que o Fórum de Medidas poderia apoiar na construção do seu aprendizado?**  
Sua resposta: \_\_\_\_\_
- Você conseguiu multiplicar, em sua instituição, os conteúdos abordados nos Encontros do Fórum? \***
  - Não
  - Comentei informalmente
  - Partilhei com alguns colegas
  - Sim, partilhei com todos
- Comente**  
Sua resposta: \_\_\_\_\_
- Sua participação no Fórum em 2023 favoreceu a ampliação de contatos de sua instituição com a rede? \***
  - Não

Com os dados da avaliação, as instâncias de gestão do Fórum propõem um esboço inicial de plano de ação para o ano seguinte. Em plenária, este plano é estruturado e validado. Desta maneira, o plano de ação é elaborado tendo uma avaliação diagnóstica como base. Assim, as ações podem ser projetadas com mais suporte analítico, o que possibilita um plano de ação conectado com a realidade passada, ou seja, as ações não começam sem um contexto histórico, algo muito valioso para os processos de políticas públicas.

Essa atividade de avaliação acontece no final do ano, momento anterior ao planejamento.

No período da pandemia, este processo de avaliação também foi adaptado, acontecendo mensalmente por um determinado período. Fez-se necessário rever os passos dados com mais frequência, diante dos desafios que todas as organizações que trabalham com políticas públicas e direitos humanos enfrentaram.

# DINÂMICAS DE FUNCIONAMENTO DO FÓRUM

Considerando a metodologia de gestão democrática e as instâncias fixas de organização para operacionalização das ações, a dinâmica de trabalhos do Fórum se organiza a partir de três eixos: os encontros mensais; os encontros formativos; e a constituição de Grupos de Trabalho (GTs).

## ENCONTROS MENSAIS

Possibilitam a constituição da plenária, em que se busca a criação de um espaço de troca, diálogo e reflexão acerca de temáticas relacionadas à socioeducação. Planejados pela Coordenação Colegiada, os encontros mensais contam com a apresentação de uma sugestão de pauta inicial, que é complementada pela plenária. Este encontro tem duração de duas horas, e pode ser realizado de forma presencial ou remota. Quando presencial, ele conta com um espaço de acolhida com café coletivo que possibilita um espaço de reconhecimento e trocas informais entre os participantes, o que acaba favorecendo também a aproximação entre as instituições. O encontro segue basicamente o seguinte cronograma: acolhida com o café, apresentação dos participantes, constituição da pauta, discussão dos pontos de pauta, encaminhamentos, informes e fechamento.

## ENCONTROS FORMATIVOS

Os Encontros Formativos são ações pontuais, periódicas, que tratam de um tema que se relaciona à temática principal do Fórum. Eles acontecem desde o início dos trabalhos, a partir da concepção de que a formação continuada é uma constante para quem trabalha com políticas públicas, pois visa a qualificação das organizações por meio da atuação dos profissionais que as representam. Outro fato levado em conta refere-se ao ambiente fértil que se cria dentro do trabalho em rede e que possibilita uma diversidade de olhares em relação à temática que é desenvolvida — neste caso, as Medidas Socioeducativas.

## 2018 ENCONTROS FORMATIVOS

A importância da educação na articulação em rede.



Nov/18. Formação de 109 profissionais, realização em parceria com Ação Educativa

Durante os anos de 2020 e 2021, as ações não deixaram de acontecer, mas precisaram se adaptar, mudando o formato de encontros presenciais para *on-line*.

Esse processo de formação continuada proposto pela realização de encontros formativos não fica apenas entre profissionais da rede de atuação, pois entende-se que as/os adolescentes e seus familiares também fazem parte dessa rede e podem e devem estar nesse processo de formação. Exemplo dessas ações de formação foi o encontro formativo realizado em agosto de 2022, que em um cine debate propôs um espaço de reflexão acerca da redução da maioridade penal com os adolescentes e seus responsáveis. Foram convidados para a mediação deste debate profissionais que atuam na área, incluindo um representante da Coalizão pela Socioeducação.<sup>12</sup>

Os encontros formativos são ações que contam com a interação das duas instâncias de gestão (Colegiada e

O Fórum de MSE FÓ/BR convida para o Webinar  
**Medidas socioeducativas: avanços e desafios nestes 30 anos de ECA**

O objetivo do evento é celebrar os 30 anos da promulgação desta importante lei para garantia de direitos de crianças e adolescentes, trazendo ao conhecimento do público os principais avanços em relação ao sistema socioeducativo e os desafios que ainda precisam ser enfrentados.

**PALESTRANTES CONFIRMADOS**

- Ara Paula Santana Rodrigues** - Psicóloga, mestre em Psicologia Social, com a dissertação de título "Técnicas de Self-SP": intervenção psicológica com adolescentes e jovens em medidas socioeducativas. Atualmente atua no Serviço de Proteção à Criança e Adolescente em Ubatuba de Vitória "Nicolau" (CÓ/Brasília).
- Paulo Henrique de Oliveira Arantes** - 2º Promotor de Justiça da Infância e Juventude da Capital, graduado em Direito pela USP (1998), mestre em direito pela Unesp (2011).
- Sara Xavier das Santos** - Supervisora de ensino da rede estadual paulista, graduada em Pedagogia e mestrado especializado em Educação Especial, mestre em Educação e licenciada em processos curriculares.

**MEDIADORAS**

- Danielle Tracchia** - Psicóloga pela FUCSP, Pós-graduada em Políticas de Proteção à Criança e Adolescente, Coordenadora de Projetos no Instituto Sou da Paz, atuando nos projetos de formação de profissionais das medidas socioeducativas.
- Silviane Mota** - Advogada Social, Técnica do Serviço de Medidas Socioeducativas ALPS, Pós-graduada em Saúde Mental e Integridade, e Saúde Mental, Stress e Dependência Química.

30 de julho de 2020  
A partir das 19h

AO VIVO e GRÁTIS no Facebook do Instituto Sou da Paz  
[www.facebook.com/institutosoudapaz](http://www.facebook.com/institutosoudapaz)

Realização: Fórum de Medidas Socioeducativas Freguesia de Ó/Brasília

Apoio: ALPS, Instituto Sou da Paz

Convite para o Webinar do Fórum, em comemoração aos 30 anos do ECA



Cine-debate "Os filhos dos outros"  
Agosto/2022

<sup>12</sup> <https://www.instagram.com/coalizaopelasocioeducacao/?hl=pt-br>

Comunicação), que decidem os temas de cada encontro a partir de sugestões e/ou demandas apresentadas em plenária, ou seja, os assuntos mais relevantes em pauta para as organizações, adolescentes e familiares.

O Fórum mantém a convicção da importância da realização destes encontros, que seguiram acontecendo em função das demandas. Importante evidenciar que, além desses momentos mais diretos de encontros formativos, os encontros mensais também podem ser considerados um processo de formação, entendendo que a cada encontro as organizações têm oportunidade de dividir suas experiências diante das pautas apresentadas.

## GRUPOS DE TRABALHO (GTS)

Esses GTs são constituídos a partir de uma demanda identificada, na maioria das vezes, durante os próprios encontros, e tem sua importância validada em plenária. O procedimento dos chamados GTs pode acontecer de maneira mais constante, até mesmo fixa, ou para responder a uma demanda específica, a um tema gerador que, uma vez trabalhado, pode perder a necessidade de atuação constante.

Na experiência de trabalhos do Fórum, a realização do podcast Papo Nosso é um dos exemplos que nasce a partir da criação de um GT. Uma ação criada devido ao período da pandemia e a necessidade de aumentar as estratégias de comunicação com e para a população atendida em um primeiro momento e, posteriormente, à população que possa ter interesse na temática das medidas socioeducativas.

A seguir é retratado um exemplo de GT, criado para atender uma demanda específica relacionada à Medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Para entender melhor a demanda que suscitou este GT, vale aprofundar o conhecimento sobre a medida de PSC<sup>13</sup>, que consiste no encaminhamento do adolescente para desenvolver serviços comunitários por um período máximo de seis meses, por oito horas semanais, respeitando as habilidades dos adolescentes e não prejudicando seu horário escolar e/ou de trabalho.

13 Caso queira saber mais sobre essa medida socioeducativa e sua execução, acesse: <https://soudapaz.org/o-que-fazemos/desenvolver/prevencao-da-violencia/adolescencia-e-juventude/fortalecendo-a-prestacao-de-servicos-a-comunidade/#1845-2>

A prestação de serviços pode ser realizada em locais denominados Unidades Acolhedoras (entidades assistenciais, hospitais, escolas, bem como em programas comunitários ou governamentais). A Unidade Acolhedora é responsável pelo adolescente enquanto ele estiver no local para cumprimento da Prestação de Serviço à Comunidade. Contudo, o técnico responsável pelo processo socioeducativo acompanha e auxilia a Unidade Acolhedora e a/o adolescente no decorrer do cumprimento da medida.

Essa etapa que a/o adolescente e seus familiares precisam passar pelo cumprimento da Medida Socioeducativa é uma fase que necessita de muito trabalho de articulação e acompanhamento, pois é preciso que uma organização aceite receber a/o adolescente para a realização desse trabalho, que precisa ter um caráter socioeducativo, ou seja, uma ação que propicie à/ao adolescente a possibilidade de estabelecer processos de reflexão do seu lugar de sujeita/o de direitos, e poder vivenciar a cidadania para além de um conjunto de regras.

Sobre o direito à cidadania, o geógrafo Milton Santos (2014, p. 20) propõe uma reflexão no seu livro *O Espaço Cidadão*, que pode ser importante considerar para pensar sobre a responsabilidade e complexidade que o trabalho com a Medida Prestação de Serviço à Comunidade apresenta:

---

*A cidadania, sem dúvidas, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É talvez nesse sentido, que se costume dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista a se manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta ser à cidadania um estado de espírito ou uma declaração de intenções*

---

À vista disso, a pauta da Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade, foi tema das reuniões do Fórum desde sua criação, mas no fim de 2020, entre os meses de setembro e outubro, foi apresentada a necessidade de criação de um GT específico para dar maior atenção aos desafios que surgiram com a pandemia.

Esse GT foi articulado com representações do Instituto Sou da Paz, Associação de Lutas e Promoção Social (ALPS), por meio dos três serviços de medida em

meio aberto do território, Defensoria Pública, Conselho Tutelar da Brasilândia e Programa Ambientes Verdes Saudáveis (PAVS).

Durante o período em que este GT se reuniu, dentre outras ações, foram pensadas as possibilidades de projetos como a construção de hortas coletivas, a partir da parceria com o PAVS<sup>14</sup> que se disponibilizou a realizar processo formativo com os profissionais dos serviços acerca dos conteúdos técnicos para a implementação das hortas, ação que possibilitaria que um grupo de adolescentes cumprisse o processo de medida com a garantia da função educacional de prestação de serviço à comunidade.

Após uma avaliação acerca da relevância deste espaço para reflexão e desenho de possíveis ações, o tema da Prestação de Serviço à Comunidade saiu do panorama para ter um GT de trabalho específico, por isso, optou-se pela desmobilização deste GT. Isso não significa que em algum momento não necessite retornar os trabalhos.

O desenvolvimento das ações em relação ao modo como acontecem, quando acontecem, durante quanto tempo, entre outros fatores, está atrelado ao constante diálogo que uma articulação em rede necessita. Esse espaço de diálogo configura-se como uma ferramenta de avaliação que, como apontado anteriormente, na experiência do Fórum da Freguesia do Ó e Brasilândia, impacta diretamente na revisão e definição de novas ações.

---

14 As ações do Programa Ambientes Verdes Saudáveis têm o intuito de promover espaços verdes na cidade com e para a sociedade.

## CONQUISTAS, DESAFIOS E APRENDIZADOS RESULTADOS DESTA EXPERIÊNCIA

Implementar um Fórum Intersetorial, com um recorte bastante específico de discussão, na Cidade de São Paulo e colaborar com a sua manutenção ao longo de cinco anos foi um exercício desafiador, que exigiu muito compromisso e persistência, que suscitou a construção de estratégias inovadoras. Por todos esses motivos, compartilhar os detalhes dessa iniciativa e sua metodologia é uma forma de trazer referências para novas experiências de articulação em rede. Compartilhar alguns momentos significativos desse processo pode ser motivador e trazer certa concretude a todo o relato deste material. Seleccionamos então, algumas **conquistas** (sim, há um valor afetivo inerente ao nosso fazer) desse processo para contar, além dos principais aprendizados e desafios.

### ENCONTRO SIGNIFICATIVO

No plano de ação de 2019, a plenária optou por dedicar parte de cada encontro mensal para a apresentação dos trabalhos desenvolvidos por cada uma das instituições participantes, com a finalidade de entender como aquela instituição se conectava à temática da socioeducação, além de buscar estratégias que pudessem fortalecer diálogos e parcerias na busca pela qualificação do atendimento. À época, o Sistema de Justiça participava da plenária com representações da Promotoria, Defensoria e suas equipes técnicas: Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial (NAT) e Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM), respectivamente; e estas instituições foram convidadas a participar deste ciclo de apresentações. No encontro de maio de 2019, o Fórum de Medidas Socioeducativas da FÓ/BR contou com a participação de um psicólogo e um assistente social para apresentação dos trabalhos realizados pelo Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial que





subsidiar ações e decisões no âmbito do Ministério Público, relativas à defesa de interesses difusos e coletivos; e três Promotores, sendo dois das Varas Especiais e um do Departamento de Execuções da Vara da Infância e Juventude. Tivemos a participação de 48 profissionais nesse encontro, que com

uma roda de conversa, possibilitou um espaço de trocas, reflexões e aprendizados entre os trabalhadores do território e o Sistema de Justiça, situação atípica no município de São Paulo, uma vez que o Sistema de Justiça sempre é visto e muitas vezes também se coloca distante de outros operadores das políticas públicas.

O encontro permitiu um diálogo franco e horizontal entre as instituições e fortaleceu a interlocução entre os diferentes atores participantes do Fórum no decorrer dos meses subsequentes, ampliando as trocas e discussões de casos envolvendo os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, por ora acompanhado pelo Departamento de Execuções da Infância e Juventude e, até em processos que envolviam a apuração de novos atos infracionais, acompanhados pelas Varas de Execuções da Infância e Juventude da capital de São Paulo.



## RESPOSTA ÀS DEMANDAS DOS PROFISSIONAIS DO TERRITÓRIO

### ► ENCONTRO FORMATIVO EM PARCERIA COM O CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI <sup>15</sup>

O uso de drogas pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é um tema de interesse recorrente das equipes que trabalham diretamente com esses jovens. Saber orientá-los em relação aos riscos e às estratégias de redução de danos, além de conhecer quais encaminhamentos são os mais eficazes para atendimento destes adolescentes e jovens foram as principais demandas

<sup>15</sup> <https://www.instagram.com/ccedelei/?hl=pt-br>

apresentadas pelos profissionais já nos primeiros encontros do Fórum. Portanto, a Coordenação Colegiada buscou, por meio de uma parceria com o Centro de Convivência É de Lei, realizar um encontro formativo com esta temática. O encontro foi realizado em abril de 2019 e teve a participação de 26 profissionais.



#### ► ENCONTRO MENSAL COM A REDE DE SAÚDE MENTAL DO TERRITÓRIO FÓ/BR

No segundo semestre de 2021, o tema de uso de drogas pelos adolescentes foi apresentado pelos profissionais mais uma vez, mas com recorte bastante específico, que foi o uso abusivo do lança perfume somado ao aumento de sofrimento mental decorrente da pandemia. Reflexões sobre esta temática e discussões acerca de encaminhamentos seriam muito interessantes se fossem realizados com profissionais dos serviços de saúde do território. Foi feita então uma articulação da Coordenação Colegiada com os serviços de saúde mental, convidando-os a participar do encontro de setembro, com o objetivo de garantir um espaço para esta discussão. O encontro que envolveu representantes do CAPS IJ BR, CAPS IJ Nise da Silveira, CAPS AD BR e CAPS AD Cachoeirinha possibilitou para além das trocas em relação aos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, uma parceria para processo de orientação a uma EMEF acerca do manejo de situações de crise entre crianças que apresentam sintomas de sofrimento mental no ambiente escolar.

#### ► INTERLOCUÇÃO COM O PODER JUDICIÁRIO NO DECORRER DA PANDEMIA

Como relatado, a pandemia de Covid-19 afetou a todos e todas e demandou esforços coletivos para superação dos desafios impostos. Por ter sido uma situação nova e complexa, as orientações e normativas demoraram a ser publicadas e muitas vezes davam margem à interpretação dos gestores públicos de cada território gerando diferenças de atuação. Para exemplificar, em algumas regiões da cidade de São Paulo, os programas executores das medidas em meio aberto foram autorizados a trabalhar de suas residências e realizar o atendimento remoto aos adolescentes e familiares, sem que houvesse necessidade de realização de visitas domiciliares ou deslocamento até o espaço físico do serviço. Em outras regiões, uma mesma organização da sociedade civil recebeu a orientação de

manter o serviço aberto, com equipe presente no espaço físico, porém realizando os atendimentos remotos e realizando visita domiciliar em casos de urgência, com apoio operacional da supervisão local (veículo para deslocamento).

Como haviam diferenças de compreensão e algumas interpretações colocavam em risco a saúde de profissionais e atendidos, o Fórum discutiu a pauta em plenária e optou por formalizar, via ofício, um questionamento à Juíza do Departamento de Execuções da Infância e Juventude (DEIJ) e à Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS), apontando sugestões para o melhor encaminhamento do tema e alinhamento entre as diferentes regiões da cidade. Na mesma oportunidade, outro coletivo, a Articulação de trabalhadores das medidas socio-educativas em meio aberto da cidade de São Paulo, também havia protocolado um documento e, após essas intervenções, ocorreram audiências junto ao Poder Judiciário e executivo para debate e encaminhamento dos pontos mais delicados das Notas Técnicas de SMADS que vinham sendo publicadas à época.

Medidas como essa, de oficial parceiros estratégicos em casos de discordância ou necessidade de aprofundamento de debate de alguns temas, são essenciais e por vezes mais eficientes do que se feito por apenas uma instituição.

**E, da mesma forma que houve *conquistas*, esta experiência também trouxe muitos aprendizados e desafios que, a todo tempo, mantém um alerta em busca de desenvolver melhores estratégias de superação e enfrentamento.**

► **ESTES SÃO OS DESAFIOS QUE NECESSITAM DE ATENÇÃO CONSTANTE:**

**Fortalecer diálogo com instituições, para além do tripé: Educação, Assistência Social e Saúde;**

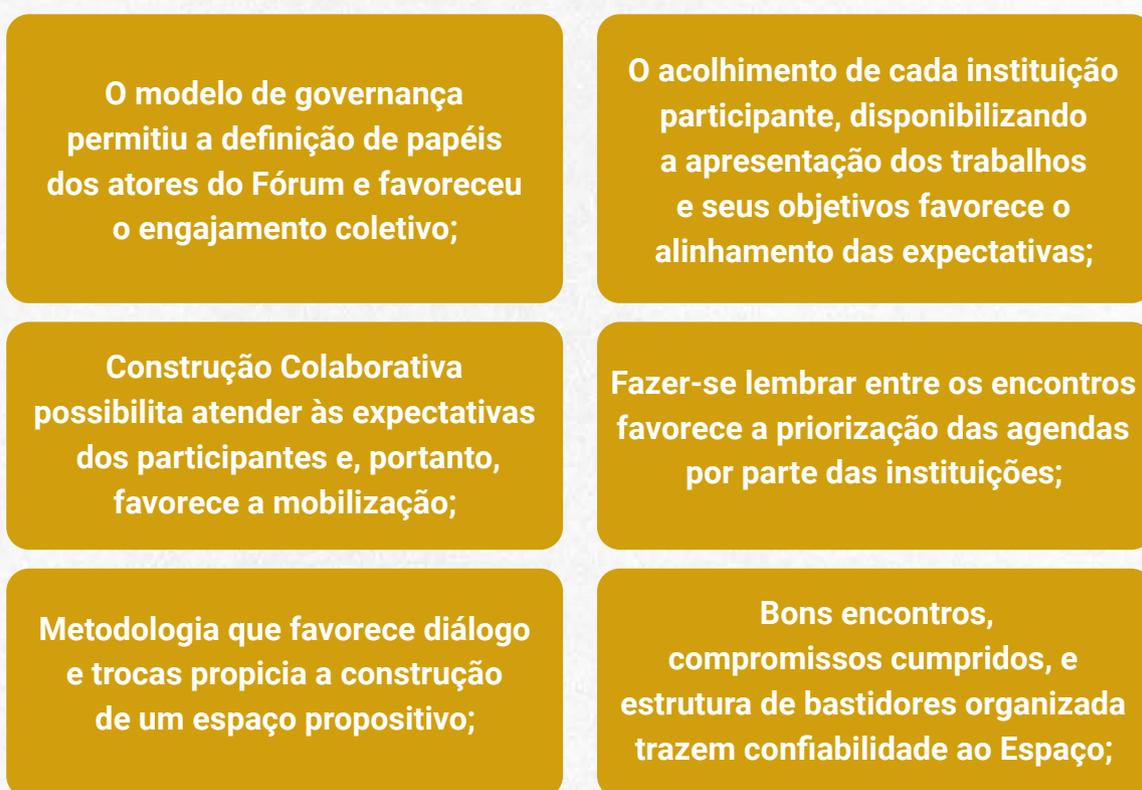
**Manter o Fórum como espaço atrativo e propositivo às instituições participantes.**

**Ampliar interlocução com Cultura, Esporte e Trabalho;**

**Aproximação com profissionais do Sistema de Segurança Pública;**

Para superar os desafios enfrentados, o Fórum Freguesia do Ó e Brasilândia contou com organizações comprometidas a fortalecer os dispositivos de medidas socioeducativas. Sem esses promotores e articuladores, a superação ou minimização desses desafios não seria possível. O comprometimento dessas entidades, ou seja pessoas, foi essencial para impulsionar a eficácia das medidas socioeducativas na região, evidenciando o papel fundamental desempenhado pelos atores envolvidos no processo.

#### ► APRENDIZADOS ADQUIRIDOS



Para garantir um processo coletivo dialógico, é essencial considerar aprendizados e desafios. Ao integrar a avaliação como parte do processo, ela proporciona uma análise profunda dos desafios, transformando-os em oportunidades educativas. Essa abordagem reflexiva contribui para um ciclo contínuo de aprendizado e aprimoramento, fortalecendo a capacidade do processo coletivo de enfrentar novos desafios com base em experiências anteriores. Uma prática elaborada a partir de um conhecimento voltado para reflexão e relações, a práxis.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

## DIÁLOGO, DIREITOS, POLÍTICA PÚBLICA, MUDANÇA COLETIVA E...

*Tudo, tudo, absolutamente, tudo  
Tudo, tudo, tudo, que nós tem é nós  
Tudo que nós tem é isso, uns aos outros.*  
Emicida, 2019.

Quando falamos a palavra tecnologia, que ideia lhe vem à mente? Carro, avião, liquidificador, máquina de lavar... máquinas, máquinas! Sim, máquinas! Esses bens e eletrodomésticos são tecnologias. Mas uma peneira, um mosquito, a agroecologia, entre tantas outras coisas que podem parecer simples, banais, também são tecnologias, sejam elas eletrônicas ou não.

A proposta consiste em disseminar um bem-sucedido processo de articulação em rede, a criação de um fórum que possibilitou o encontro, o diálogo, além de ações para contribuir para a garantia de direitos e a ampliação das políticas públicas. Isso nada mais é que uma tecnologia. Uma ferramenta social com muito poder e complexa de operacionalizar.

Afinal, se vivemos em sociedade, isso já indica que é no coletivo que temos mais força de encontrar possibilidades em relação às pautas de benefício público que não sejam respostas simplistas, pois os contextos são complexos e respostas imediatas muitas vezes são cercadas de injustiças.

Por isso, na construção de uma sociedade mais igualitária, a possibilidade de encontro para diálogo entre atores diferentes se mostra como uma ferramenta que contribui para a construção de ações que enfrentam problemas complexos com o devido cuidado.

Esperamos, com esta publicação, conseguir gerar novas sementes de espaços de articulação de rede, pois as pessoas que fizeram e ainda fazem parte desse processo de articulação nos dizem que:



*O Fórum, além de formação e capacitação, também foi essencial em solucionar e trazer proposta no campo das medidas socioeducativas na região Freguesia/Brasilândia, cujas propostas levadas pelos técnicos expandiu para a cidade de São Paulo.*

**Ronaldo**

TÉCNICO EM SERVIÇO SOCIAL

*No Fórum eu pude conhecer outros atores sociais da rede de atuação do território e quando a gente conhece as pessoas olha no olho delas, fica mais fácil trabalhar, porque a legislação às vezes é fria e a gente precisa dessa humanidade.*

**Andréa**

ASSISTENTE SOCIAL



*Esses encontros permitem que a gente mostre as nossas possibilidades enquanto potência para atender o munícipe, mas também, enquanto fragilidade e pensar para além disso, não virar um muro de lamentações e ser um encontro produtivo e poder aprender sobre coisas que não estão vinculadas apenas na área que você atua.*

**Adeline**

DIRETORA DE ESCOLA PÚBLICA



*Foi muito gratificante para o nosso trabalho com política pública como formação, como agregar o trabalho com o território, foi muito impactante nós aprendemos muito com o Fórum com a rede de profissionais de todas as áreas.*

**Valéria**

ASSISTENTE SOCIAL



*Eu sempre busquei participar, porque eu entendi que nesses encontros eu poderia absorver mais conhecimentos para atuar na garantia de direitos.*

**Sérgio**

CONSELHEIRO TUTELAR



*Se temos um equipamento que objetiva especificamente a garantia de um aspecto desse direito quando eu busco integralidade eu preciso que isso seja complementado pelas instituições que estão nesta rede, dentro desse sistema de garantia de direitos, como prevê a resolução 113 do CONANDA, então eu realmente acredito que a articulação em rede seja necessária para garantir os direitos do adolescente brasileiro.*

**Vanessa**  
PSICÓLOGA



*Graças ao Fórum conseguimos ter acesso aos alunos e entender melhor as demandas da região, o que os jovens necessitam. Possibilitou criar parcerias e expansão das metodologias de ensino para além da sala de aula*

**Leonardo**  
EDUCADOR



*Esse processo de articulação em rede é fundamental como uma ponte entre as instituições que fazem parte desse Fórum e a população que é a maior beneficiada pelas políticas públicas.*

**Jéssica**  
PSICÓLOGA



*É rico porque é possível solucionar os gargalos reais, não fica só na teoria há o debate com a realidade que nos afeta, então é um encontro que acaba potencializando que as organizações tenham soluções para esses desafios*

**Danielle**  
PSICÓLOGA



**Esta foi a experiência dos primeiros cinco anos de Fórum. Almejamos voos ainda mais amplos para os próximos períodos.**

# REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideais: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Instituto Sou da Paz. Boletim Articulação na Medida. Rede de proteção integrada: trabalho de articulação e mobilização na Brasilândia, ed. extraordinária, 2019.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

hooks, bell. **Ensinando o pensamento crítico: sabedoria e prática**. São Paulo: Elefante, 2020.

SANTOS, Milton. **O espaço cidadão**. São Paulo: edUSP, 2014.



PARA CONHECER MAIS SOBRE O  
**FÓRUM DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS FÓ/BR,**  
ENTRE EM CONTATO COM AS INSTÂNCIAS DE GESTÃO:

 [forummse.com](http://forummse.com)

 [forummsefobr@gmail.com](mailto:forummsefobr@gmail.com)

 [@forummse](https://www.instagram.com/forummse)

E, SE ESTA LEITURA DESPERTOU SEU INTERESSE POR  
**IMPLEMENTAR UM FÓRUM NA SUA REGIÃO**

Entre em contato com o Instituto Sou da Paz pelo e-mail

 [atendimento@soudapaz.org](mailto:atendimento@soudapaz.org)



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática

SIGA NOSSAS REDES:



[soudapaz.org](http://soudapaz.org)